



Produto Interno Bruto dos Municípios 2018

PIB
dos
Municípios

ISBN 978-65-07201-39-9
© IBGE, 2020

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, as Secretarias Estaduais de Governo e a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, apresenta os resultados do Produto Interno Bruto - PIB dos Municípios de 2018¹. A metodologia adotada para sua estimativa é uniforme para todas as Unidades da Federação e integrada, conceitualmente, aos procedimentos adotados no Sistema de Contas Nacionais - SCN e no Sistema de Contas Regionais - SCR. Portanto, os resultados ora divulgados são coerentes e comparáveis entre si e com os resultados do SCN e do SCR. São apresentados, a preços correntes, os valores adicionados brutos dos três grupos de atividade econômica: Agropecuária, Indústria e Serviços – além da Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social, devido à importância dessa atividade na economia brasileira –, bem como os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos; o PIB; e o PIB *per capita*. Essas informações, além de estabelecerem relações macroeconômicas, possibilitam traçar o perfil econômico de cada um dos Municípios brasileiros.

O presente informativo traz comentários analíticos sobre os principais destaques observados no ano de 2018, com compara-

ções em relação a 2017 e, para alguns aspectos, também em relação a 2002, início da série publicada. Com a colaboração da Diretoria de Geociências, são apresentadas, ainda, análises geográficas mais detalhadas, que interpretam o PIB dos Municípios de acordo com a sua distribuição no País, com base em tipologias (classificações de Municípios como, por exemplo, por hierarquia urbana) e regionalizações (agregações de Municípios contíguos, por vezes a partir da identificação de polos). Esses instrumentos conferem outros significados aos dados da publicação, mostrando padrões de concentração e dispersão associados às formas e densidades de povoamento, bem como às funções econômicas e político-administrativas das diferentes partes do Território Nacional.

Cabe informar que, para a estimativa do ano de 2018, devido à quarentena imposta pela pandemia de COVID-19, os Municípios dos Estados do Acre e de Goiás tiveram as estruturas que dependem das informações de saídas de mercadorias e de consumo de energia repetidas de 2017; e os do Estado do Rio Grande do Norte tiveram as estruturas que dependem das informações de saídas de mercadorias repetidas de 2017.

Concentração econômica

O resultado de 2018 mostra que oito Municípios responderam por quase ¼ do PIB nacional e 14,7% da população brasileira², e que as 71 municipalidades de maiores PIBs representavam, aproximadamente, ½ do total e um pouco mais de ⅓ da população do País. Em 2002, apenas quatro delas somavam quase ¼ da economia nacional.

Destaca-se, ainda, que os 1 346 Municípios de menores PIBs responderam, em 2018, por cerca de 1,0% do PIB nacional e por 3,1% da população brasileira. Nota-se que, entre esses, os situados nos Estados do Piauí (156), Paraíba (134), Rio Grande do Norte (79) e Tocantins (69), representavam cerca de 50% das municipalidades de seus respectivos Estados. Em 2002, 1 383 correspondiam a 1,0% do PIB e somavam 3,7% da população nacionais.

Os Municípios que responderam por quase ¼ da economia brasileira em 2018 foram: São Paulo (SP), com 10,2%; Rio de Janeiro (RJ), 5,2%; Brasília (DF), 3,6%; Belo Horizonte (MG), 1,3%; Curitiba (PR), 1,2%; e, com 1,1% cada, Manaus (AM), Porto Alegre (RS) e Osasco (SP). Em termos de posição, na comparação entre 2002 e 2018, Manaus (AM) e Porto Alegre (RS) se alternaram entre a sexta e a sétima posições, enquanto Osasco (SP) passou da 16ª para a oitava.

A análise da distribuição do PIB por Concentrações Urbanas³ permite verificar que ¼ da produção econômica do País, em 2018, estava localizada em apenas duas delas: São Paulo/SP, com 16,8%, onde se situa, entre outros, o Município de Osasco (SP); e Rio de

¹ Por decisão editorial, a partir do ano de referência de 2016, a publicação passou a ser divulgada em duas partes: a primeira corresponde a este informativo, que destaca os principais resultados da pesquisa, e a segunda, é constituída por Notas técnicas, entre outros elementos textuais, apresentando considerações de natureza metodológica sobre a pesquisa. Outras informações sobre o PIB dos Municípios estão disponíveis em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html>.

² População residente estimada por Município com data de referência em 1º de julho de 2018, enviada pelo IBGE ao Tribunal de Contas da União - TCU.

³ Município ou Arranjo Populacional com população acima de 100 000 habitantes. Apresenta alto grau de integração, devido aos deslocamentos para trabalho e estudo, possuindo grande tamanho populacional e manchas urbanizadas resultantes da expansão de uma ou mais cidades. São consideradas Médias Concentrações Urbanas os Municípios isolados e os Arranjos Populacionais com até 750 000 habitantes, e, Grandes Concentrações Urbanas, aqueles com população superior a 750 000 habitantes.

Janeiro/RJ, com 8,1% do PIB. Ademais, é possível verificar que as 10 maiores Concentrações Urbanas brasileiras compunham cerca de 42,5% do PIB.

No recorte por Grandes Regiões e Unidades da Federação, em 2018, observa-se que o padrão identificado no País é repetido, com concentração das maiores parcelas do PIB em poucos Municípios. Na comparação entre 2002 e 2018, o número de municipalidades que somavam até ½ da economia foi ampliado: na Região Norte, de seis para nove; no Nordeste, de 25 para 29; no Sudeste, de 13 para 18; no Sul, de 31 para 35; e, no Centro-Oeste, de um para três.

A análise do PIB segundo a densidade econômica, ou seja, ponderado pela área, revela igualmente grande concentração espacial, apresentando valores elevados nos Municípios das Capitais e naqueles mais urbanizados do litoral e do Centro-Sul, e valores mais baixos no interior do Nordeste e do Norte do País. As municipalidades mais urbanizadas tendem a apresentar maior participação dos Serviços e da Indústria – setores que produzem maior valor agregado por área – nos seus respectivos PIBs, enquanto as áreas rurais têm na Agropecuária, com menor valor por área, um setor importante para a economia local. A densidade econômica no território brasileiro, em 2018, foi 824 mil R\$/km², enquanto nas Concentrações Urbanas esse valor alcançou 8 673 mil R\$/km² (cerca de 10,5 vezes maior). Na Amazônia Legal⁴, região com extensas áreas de baixa ocupação, esse valor situou-se em apenas 122 mil R\$/km².

Distribuição dos Municípios segundo as faixas de participação no PIB do Brasil

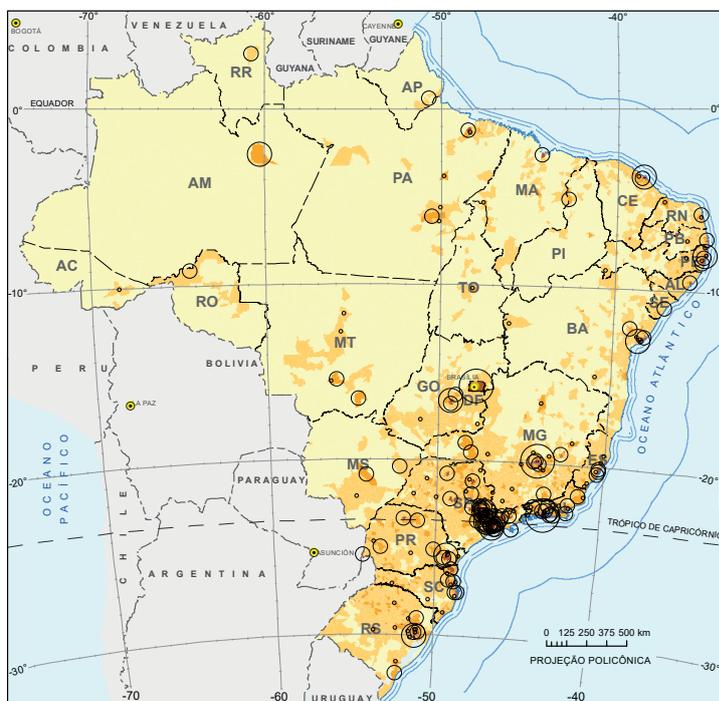
Faixas de participação no PIB do Brasil	Número de Municípios	Participação (%)		Número de Municípios acumulados	Participação acumulada (%)	
		Dos Municípios	Da população (1)		Dos Municípios	Da população (1)
2002						
Até 25%	4	0,1	12,0	4	0,1	12,0
De 25% a 50%	44	0,8	17,4	48	0,9	29,3
De 50% a 75%	263	4,7	24,4	311	5,6	53,7
De 75% a 95%	1 899	34,2	31,0	2 210	39,7	84,7
De 95% a 99%	1 967	35,4	11,6	4 177	75,1	96,3
De 99% a 100%	1 383	24,9	3,7	5 560	100,0	100,0
2018						
Até 25%	8	0,1	14,7	8	0,1	14,7
De 25% a 50%	63	1,1	19,9	71	1,3	34,6
De 50% a 75%	304	5,5	22,7	375	6,7	57,3
De 75% a 95%	1 935	34,7	29,4	2 310	41,5	86,6
De 95% a 99%	1 914	34,4	10,2	4 224	75,8	96,9
De 99% a 100%	1 346	24,2	3,1	5 570	100,0	100,0

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) População residente estimada para 1ª de julho, segundo os Municípios, enviada ao Tribunal de Contas da União - TCU.

PIB e densidade econômica dos Municípios

2018



Produto Interno Bruto por Município*

Valores em mil reais	Número de Municípios por classe
> 5 000 000 a 10 000 000	104
> 10 000 000 a 45 000 000	89
> 45 000 000 a 90 000 000	12
> 90 000 000 a 370 000 000	3
> 370 000 000	1

Densidade econômica dos Municípios

Mil reais por km ²	Número de Municípios por classe
> 1 a 250	1 937
> 250 a 2 300	2 870
> 2 300 a 18 000	591
> 18 000 a 140 000	142
> 140 000 a 1 179 435	30

* Apenas estão representados os Municípios com PIB superior a 5 bilhões de reais, os quais detêm aproximadamente 66,6% do PIB do Brasil.

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

⁴ A Amazônia Legal é composta pelos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Tocantins, Mato Grosso e pelos Municípios do Estado do Maranhão situados a oeste do meridiano 44°.

Os seis Municípios que apresentaram, em 2018, maior densidade econômica no País situavam-se na Grande Concentração Urbana de São Paulo/SP, com destaque para o de Osasco (SP), com mais de 1,1 bilhão de R\$/km². Entre as Concentrações Urbanas, a desigualdade espa-

cial, apesar de menor, ainda é notável. Enquanto na Concentração Urbana de São Paulo/SP foi produzido 164 884 mil R\$/km², a Concentração Urbana do Rio de Janeiro/RJ, segunda na classificação, produziu 93 581 mil R\$/km², ou seja, 56,8% do valor observado na de São Paulo/SP.

10 maiores PIBs e densidades econômicas no Brasil, segundo os Municípios e Concentrações Urbanas

2018

Municípios				
10 maiores Municípios por valor do PIB	PIB (R\$ 1 000)	Participação do PIB no Brasil (%)	10 Municípios com maior densidade econômica	Densidade econômica (mil R\$/km ²)
Total	1 875 147 829	26,8	Total	402 527
São Paulo (SP)	714 683 362	10,2	Osasco (SP)	1 179 435
Rio de Janeiro (RJ)	364 052 058	5,2	São Caetano do Sul (SP)	876 703
Brasília (DF)	254 817 205	3,6	Barueri (SP)	769 648
Belo Horizonte (MG)	91 957 092	1,3	Diadema (SP)	477 417
Curitiba (PR)	87 151 950	1,2	São Paulo (SP)	469 843
Manaus (AM)	78 192 321	1,1	Taboão da Serra (SP)	410 971
Porto Alegre (RS)	77 134 613	1,1	Rio de Janeiro (RJ)	303 312
Osasco (SP)	76 609 046	1,1	Niterói (RJ)	301 716
Fortaleza (CE)	67 024 088	1,0	Belo Horizonte (MG)	277 480
Salvador (BA)	63 526 092	0,9	Vitória (ES)	271 615
Concentrações Urbanas				
10 maiores Concentrações Urbanas por valor do PIB	PIB (R\$ 1 000)	Participação do PIB no Brasil (%)	10 Concentrações Urbanas com maior densidade econômica	Densidade econômica (mil R\$/km ²)
Total	2 979 662 640	42,5	Total	98 993
São Paulo/SP	1 179 573 406	16,8	São Paulo/SP	164 884
Rio de Janeiro/RJ	565 696 625	8,1	Rio de Janeiro/RJ	93 581
Brasília/DF	266 855 181	3,8	Campinas/SP	80 129
Belo Horizonte/MG	183 769 975	2,6	Jundiaí/SP	57 842
Porto Alegre/RS	170 204 255	2,4	Indaiatuba/SP	50 061
Curitiba/PR	155 501 100	2,2	Americana - Santa Bárbara d'Oeste/SP	43 454
Campinas/SP	142 196 204	2,0	Vitória/ES	42 883
Salvador/BA	117 996 716	1,7	Itajaí - Balneário Camboriú/SC	41 302
Recife/PE	107 509 937	1,5	São Luís/MA	38 106
Fortaleza/CE	90 359 240	1,3	Baixada Santista/SP	37 041

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Tipologias e regionalizações de responsabilidade da Coordenação de Geografia e da Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais da Diretoria de Geociências do IBGE.

O índice de Gini do PIB, considerando-se os Municípios – outra medida de concentração –, foi 0,85 em 2018 e, ao longo da série analisada, manteve-se praticamente inalterado. Em 2018, apenas os Estados de São Paulo (0,87) e Amazonas (0,86) apresentaram índice

de Gini superior ao nacional. Os menores indicadores foram observados nos Estados de Mato Grosso do Sul (0,68) e Rondônia (0,69).

Os 100 maiores PIBs municipais brasileiros, em 2018, representavam 55,0% do PIB do País, ante uma participação de 60,0% em 2002.

Na análise por Grandes Regiões, observa-se que, entre os 100 Municípios, aqueles do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste aumentaram suas participações em relação ao PIB nacional entre 2002 e 2018. Entretanto, em relação às suas respectivas Grandes Regiões, houve perda de participação. E, em termos de número de Municípios, apenas o Sudeste e o Sul apresentaram redução entre 2002 e 2018.

Ao efetuar a análise excluindo-se os Municípios das Capitais, constata-se que os 100 maiores PIBs municipais praticamente

mantiveram as suas participações no PIB do Brasil entre 2002 e 2018: de 27,1% para 27,0%. Entretanto, observa-se que apenas as municipalidades do Sudeste perderam peso no total do País, ao passo que as das demais Grandes Regiões ganharam participação ao longo da série. Nota-se, ainda, que o Norte, em 2002, não tinha nenhum representante entre os 100 maiores PIBs e passou a contar com um Município em 2018: Parauapebas (PA), com 0,2% do PIB brasileiro.

Distribuição dos 100 Municípios com os maiores PIBs, segundo as Grandes Regiões

Grandes Regiões	2002			2018		
	Número de Municípios	Participação do PIB (%)		Número de Municípios	Participação do PIB (%)	
		Na região	No Brasil		Na região	No Brasil
100 Municípios com os maiores PIBs						
Brasil	100	..	60,0	100	..	55,0
Norte	4	43,3	2,0	5	39,5	2,2
Nordeste	12	41,0	5,4	13	38,3	5,5
Sudeste	59	70,8	40,6	58	66,5	35,3
Sul	20	42,6	6,9	16	36,4	6,2
Centro-Oeste	5	59,5	5,1	8	58,6	5,8
100 Municípios com maiores PIBs, exclusive os Municípios das Capitais						
Brasil	100	..	27,1	100	..	27,0
Norte	-	-	-	1	4,1	0,2
Nordeste	6	7,7	1,0	8	10,2	1,5
Sudeste	69	37,0	21,2	64	36,9	19,6
Sul	22	28,0	4,5	22	28,2	4,8
Centro-Oeste	3	4,4	0,4	5	8,6	0,9

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Em uma análise segundo as Regiões Geográficas Imediatas⁵, que possibilita avaliar as disparidades entre Municípios-Polo⁶ e Municípios do Entorno⁷, verifica-se que, no primeiro caso, tais municipalidades concentravam, em 2018, 58,2% do PIB brasileiro, enquanto, no segundo, somavam 41,8%.

Em uma outra escala de análise, a desigualdade regional fica evidente quando se comparam o Semiárido⁸, a Amazônia Legal e a Cidade-Região de São Paulo em 2018. O Semiárido representou apenas 5,2% do PIB nacional; a Amazônia Legal, 8,8%; e a Cidade-Região de São Paulo foi responsável por 24,0% do PIB do Brasil naquele ano.

Observando-se os cinco maiores PIBs municipais em cada Unidade da Federação, verifica-se que em 17 delas suas municipalidades concentravam mais do que ½ do PIB estadual em 2018. No Amazonas, Roraima, Amapá e Distrito Federal, os cinco maiores

PIBs somavam mais de 80%, embora tenham reduzido sua participação em relação a 2002, à exceção de Brasília, único Município do Distrito Federal.

Entre as demais 10 Unidades da Federação, os cinco maiores PIBs municipais somavam menos de 40% nos seguintes Estados: Paraná (37,8%), Santa Catarina (35,1%) e Rio Grande do Sul (31,4%), todos do Sul; e apenas um do Sudeste, Minas Gerais (32,5%). Entre essas Unidades da Federação, somente no Paraná os cinco maiores PIBs somavam mais de 40% do PIB estadual (42,6%) em 2002.

Os Municípios das Capitais representaram, em 2018, 31,8% do PIB nacional, registrando a menor participação da série. Enquanto São Paulo (SP), com 10,2%, ocupou a primeira posição em termos de contribuição ao PIB do País, Rio Branco (AC) situou-se na última colocação, com 0,1%.

⁵ Recorte geográfico que reúne um conjunto de Municípios, sendo um deles – ou mais do que um, no caso de Arranjo Populacional – Município-Polo.

⁶ Município que atrai os moradores dos Municípios contíguos para a compra de bens de consumo duráveis e não duráveis; para a procura de emprego, e de serviços de saúde e educação; bem como para a prestação de serviços públicos, como postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, do Ministério do Trabalho, de serviços judiciários, entre outros.

⁷ Municípios não polo da Região Geográfica Imediata.

⁸ O Semiárido brasileiro é composto por 1 262 Municípios, situados nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais.

⁹ A Cidade-Região de São Paulo faz referência à 2ª integração do Arranjo Populacional de São Paulo/SP, que engloba um contínuo geográfico de 92 Municípios, com forte interação no processo produtivo (bens, cultura, fluxos financeiros etc.) com a Metrópole de São Paulo.

Na Região Centro-Oeste, os Municípios das Capitais participavam com 51,4% do PIB, já que Brasília (DF), por ser a Capital do País, sozinha representava 36,7% da região. Os Municípios das Capitais dos Estados do Norte respondiam por 42,8% do PIB regional; os dos Estados do Nordeste e Sudeste somavam 31,9% e 32,2%, respectivamente; e os do Sul registraram 15,5%, o menor PIB regional.

Em 12 Unidades da Federação, os Municípios das Capitais representavam menos de 30% do PIB estadual. São eles: Belém (PA), com 19,5%; Palmas (TO), 26,4%; Recife (PE), 28,1%; Salvador (BA), 22,2%;

Belo Horizonte (MG), 15,0%; Vitória (ES), 19,3%; Curitiba (PR), 19,8%; Florianópolis (SC), 7,1%; Porto Alegre (RS), 16,9%; Campo Grande (MS), 27,3%; Cuiabá (MT), 17,2%; e Goiânia (GO), 25,2%. Nas demais Unidades da Federação, apenas os seguintes Municípios das Capitais detinham mais de ½ do PIB estadual: Rio Branco (AC), com 58,3%; Manaus (AM), 78,1%; Boa Vista (RR), 75,1%; Macapá (AP), 65,2%; e Brasília (DF), 100%.

Atesta-se, ainda, que, ao longo da série estudada, Florianópolis (SC) foi o único Município da Capital que não ocupou a primeira posição em seu Estado. Em 2018, com 7,1%, foi precedido por Joinville, com 10,3%, e por Itajaí, com 8,5%.

PIB per capita

Em 2018, os 10 Municípios com os maiores PIB *per capita* somavam 1,5% do PIB nacional e 0,2% da população brasileira. Presidente Kennedy (ES), com R\$ 583 171,85, apresentou o maior PIB *per capita* em 2018, seguido por Ilhabela (SP), ambos devido à extração de petróleo. O Município de Selvíria (MS), ocupando a ter-

ceira posição, e Vitória do Xingu (PA), a sétima, constam nessa relação graças à geração de energia hidrelétrica. Na quarta posição, São Gonçalo do Rio Abaixo (MG) foi a única municipalidade que tem a extração de minério de ferro como a sua principal atividade entre os 10 maiores PIBs *per capita* de 2018.

Razão entre o PIB per capita dos Municípios das Capitais e das Grandes Concentrações Urbanas e o PIB per capita do Brasil

Municípios das Capitais				Grandes Concentrações Urbanas			
2002		2018		2002		2018	
Brasília (DF)	2,93	Brasília (DF)	2,55	Brasília/DF	2,30	Brasília/DF	2,02
Vitória (ES)	2,82	Vitória (ES)	2,19	São José dos Campos/SP	2,19	Campinas/SP	1,98
São Paulo (SP)	2,10	São Paulo (SP)	1,75	Campinas/SP	2,18	São Paulo/SP	1,63
Rio de Janeiro (RJ)	1,87	Rio de Janeiro (RJ)	1,62	São Paulo/SP	1,87	São José dos Campos/SP	1,57
Porto Alegre (RS)	1,56	Porto Alegre (RS)	1,55	Curitiba/PR	1,44	Sorocaba/SP	1,43
Curitiba (PR)	1,52	Curitiba (PR)	1,35	Sorocaba/SP	1,42	Curitiba/PR	1,35
Florianópolis (SC)	1,41	Florianópolis (SC)	1,27	Manaus/AM	1,39	Rio de Janeiro/RJ	1,32
Manaus (AM)	1,39	Cuiabá (MT)	1,16	Rio de Janeiro/RJ	1,37	Porto Alegre/RS	1,28
Belo Horizonte (MG)	1,21	Belo Horizonte (MG)	1,09	Vitória/ES	1,37	Vitória/ES	1,21
Recife (PE)	1,15	Manaus (AM)	1,08	Baixada Santista/SP	1,35	Florianópolis/SC	1,19
Goiânia (GO)	1,15	Goiânia (GO)	0,98	Porto Alegre/RS	1,29	Manaus/AM	1,08
Cuiabá (MT)	0,98	Campo Grande (MS)	0,98	Florianópolis/SC	1,14	Cuiabá/MT	1,06
Boa Vista (RR)	0,98	Palmas (TO)	0,96	Belo Horizonte/MG	1,12	Belo Horizonte/MG	1,06
Aracaju (SE)	0,98	Porto Velho (RO)	0,95	Salvador/BA	0,98	Baixada Santista/SP	1,03
Palmas (TO)	0,91	Recife (PE)	0,95	Goiânia/GO	0,94	Campo Grande/MS	0,98
Campo Grande (MS)	0,82	São Luís (MA)	0,91	Cuiabá/MT	0,87	Salvador/BA	0,93
Macapá (AP)	0,81	Natal (RN)	0,81	Aracaju/SE	0,85	Goiânia/GO	0,88
Natal (RN)	0,79	Boa Vista (RR)	0,80	Campo Grande/MS	0,82	Recife/PE	0,79
João Pessoa (PB)	0,78	Aracaju (SE)	0,79	Recife/PE	0,79	São Luís/MA	0,77
Rio Branco (AC)	0,78	Fortaleza (CE)	0,75	Natal/RN	0,76	Fortaleza/CE	0,74
Porto Velho (RO)	0,78	João Pessoa (PB)	0,75	João Pessoa/PB	0,72	Natal/RN	0,72
São Luís (MA)	0,74	Teresina (PI)	0,72	Fortaleza/CE	0,68	João Pessoa/PB	0,72
Salvador (BA)	0,73	Rio Branco (AC)	0,66	São Luís/MA	0,64	Aracaju/SE	0,67
Belém (PA)	0,71	Salvador (BA)	0,66	Belém/PA	0,61	Teresina/PI	0,66
Fortaleza (CE)	0,71	Macapá (AP)	0,66	Maceió/AL	0,61	Maceió/AL	0,64
Maceió (AL)	0,60	Maceió (AL)	0,66	Teresina/PI	0,51	Belém/PA	0,57
Teresina (PI)	0,56	Belém (PA)	0,63				

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Tipologias e regionalizações de responsabilidade da Coordenação de Geografia e da Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais da Diretoria de Geociências do IBGE.

Os Municípios que ocupavam a quinta e a 10ª posições em termos de PIB *per capita*, Paulínia (SP) e São Francisco do Conde (BA), respectivamente, tiveram na indústria de refino de petróleo a sua principal atividade, enquanto Triunfo (RS), na sexta posição, destacou-se na indústria petroquímica. Os Municípios de Extrema (MG) e Louveira (SP) figuravam na oitava e nona posições, em razão do Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas e das Indústrias de transformação.

Entre os Municípios das Capitais, Brasília (DF), com R\$ 85 661,39, ocupou a primeira posição em relação ao PIB *per capita* em 2018, enquanto Belém (PA) ocupou a última (R\$ 21 191,47).

A razão entre o PIB *per capita* dos Municípios das Capitais e o PIB *per capita* do Brasil (R\$ 33 593,82) mostrou que, em 2018, enquanto Brasília (DF) alcançou valor 2,55 vezes maior que o nacional, em Belém (PA) a razão foi 0,63. No mesmo ano, 10 Municípios das Capitais possuíam PIB *per capita* maior do que o nacional; em 2002 eram 11.

Manaus (AM) foi o único Município da Capital representante da Região Norte com razão acima de 1,0 ao longo de toda a série e com 1,08 em 2018 (1,39 em 2002).

Percebe-se, entretanto, uma tendência de aproximação dos valores do PIB *per capita* dos Municípios das Capitais à média brasileira. As razões dessas municipalidades têm se aproximado de 1,0 ao longo da série estudada, ou seja: enquanto as razões acima do valor nacional, em 2002, reduziram o seu valor na comparação com 2018, as razões abaixo de 1,0 aumentaram.

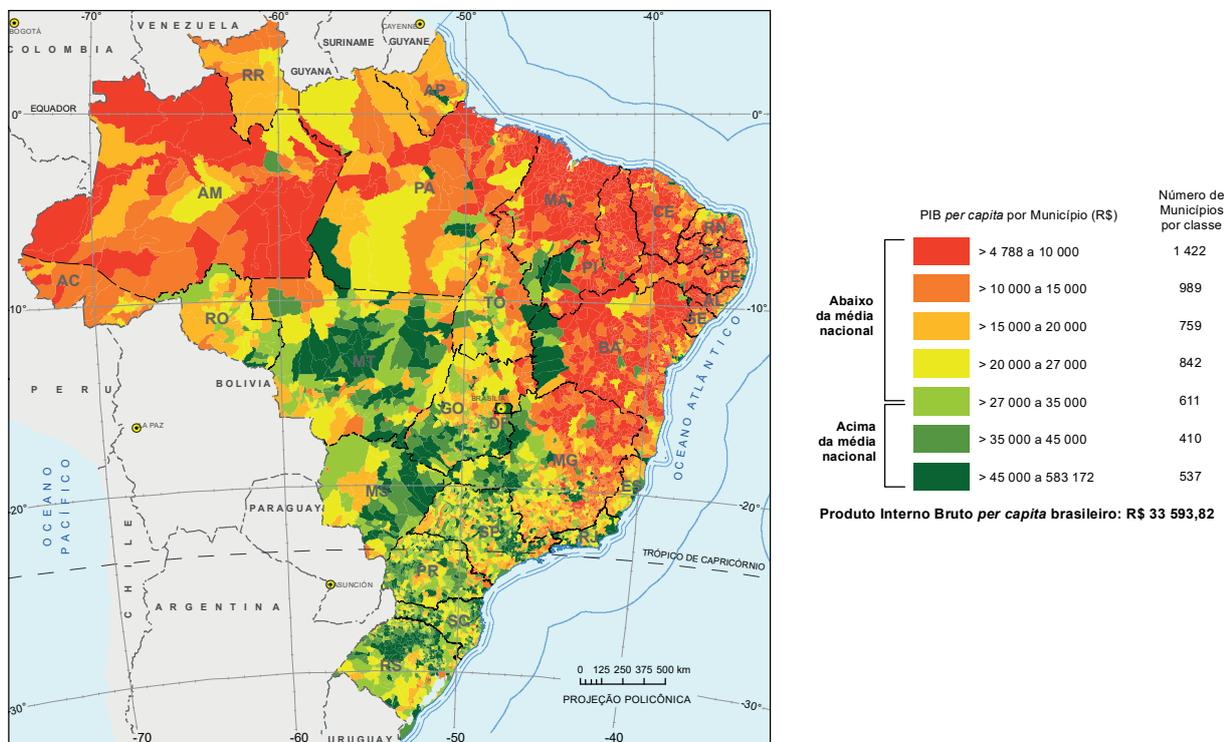
Os maiores valores do PIB *per capita*, em 2018, pertencem aos grandes Centros Urbanos do Centro-Sul, e, ainda, a algumas regiões de forte expansão da fronteira agrícola, notadamente na região central de Mato Grosso, no oeste baiano e no alto curso do Rio Parnaíba, onde houve elevada participação da cadeia de produção de soja associada à relativamente pequena população.

Na análise que abrange as Grandes Concentrações Urbanas, observa-se que, em 2018, a maior razão do PIB *per capita* encontrava-se na Concentração Urbana de Brasília/DF (2,02), seguida pelas de Campinas/SP (1,98), São Paulo/SP (1,63), São José dos Campos/SP (1,57) e Sorocaba/SP (1,43), todas no Estado de São Paulo.

Em 2002, 13 Grandes Concentrações Urbanas apresentavam um PIB *per capita* maior que a média nacional. À exceção de Brasília/DF

PIB *per capita*

2018



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

e Manaus/AM, as demais se encontravam nas Regiões Sudeste e Sul. Em 2018, o número de Grandes Concentrações Urbanas com razão acima de 1,0 passou a 14, por incluir Cuiabá/MT. Em ambos os anos, porém, nenhuma Grande Concentração Urbana de Município da Capital da Região Nordeste foi maior que 1,0.

A desigualdade regional do PIB *per capita*, em 2018, fica ainda mais evidente quando se comparam as regiões do Semiárido, da Amazônia Legal e da Cidade-Região de São Paulo. Enquanto o PIB *per capita* do Semiárido apresentou razão de 0,39, o da Cidade-Região de São Paulo correspondeu a 1,65, e o da Amazônia Legal foi 0,66.

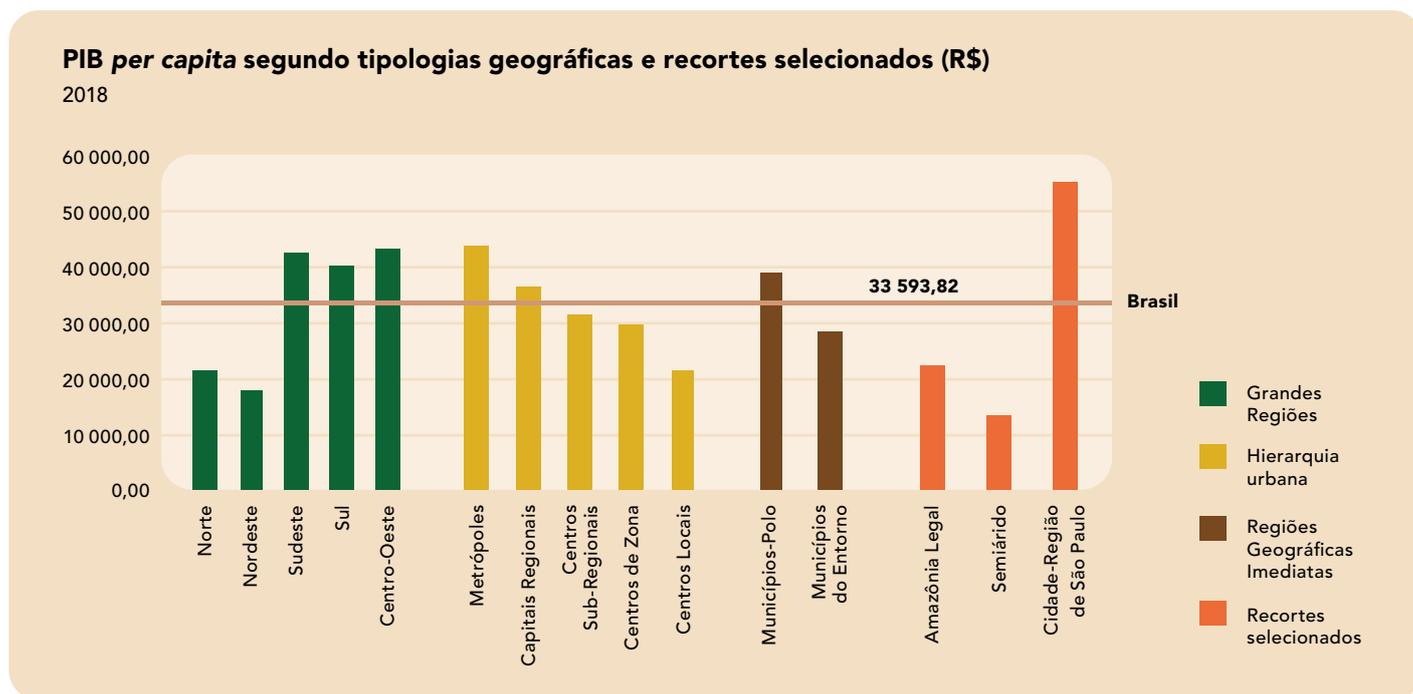
A comparação, segundo as Regiões Geográficas Imediatas, entre Municípios-Polo e Municípios do Entorno, mostra que o conjunto dos Municípios-Polo possuía, em 2018, PIB *per capita* de R\$ 38 817,62, enquanto o dos Municípios do Entorno, R\$ 28 289,87.

Destacaram-se as regiões de Três Lagoas/MS, com forte presença das Indústrias de transformação, Charqueadas - Triunfo - São Jerônimo/RS, também com importante presença das Indústrias de transformação e da indústria de geração de energia, e a Região Ime-

diata do Distrito Federal/DF, onde os Serviços se destacam. Cabe citar, ainda, Jundiá/SP e Resende/RJ, com elevada participação dos Serviços e da Indústria no PIB local, bem como Parauapebas/PA, onde as Indústrias extrativas têm grande importância.

Na análise segundo a hierarquia urbana¹⁰ dos Municípios, observa-se que, de um modo geral, quanto mais alta a hierarquia, maior o PIB *per capita*. As Metrôpoles, em 2018, apresentaram PIB *per capita* 2,06 vezes maior que o dos Centros Locais, e, assim como as Capitais Regionais (R\$ 36 516,53), as Metrôpoles (R\$ 43 936,14) tiveram PIB *per capita* maior que o nacional (R\$ 33 593,82). As demais classes da hierarquia urbana apresentaram PIB *per capita* inferior à média nacional.

Entre 2017 e 2018, o PIB *per capita* das Metrôpoles se aproximou do valor nacional, saindo de uma razão de 1,33 para 1,31. Por sua vez, os Centros Locais apresentaram crescimento, também se aproximando da média nacional, ao sair de 0,62 para 0,64 no período.



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Tipologias e regionalizações de responsabilidade da Coordenação de Geografia e da Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais da Diretoria de Geociências do IBGE.

¹⁰ Posição relativa de um Centro Urbano (sede de Município) ou de um Arranjo Populacional no conjunto funcionalmente articulado de cidades do território brasileiro. A hierarquia urbana é aferida por meio da quantificação de suas funções (presença de instituições e empresas) e do grau de centralidade em relação ao deslocamento de moradores de outros Municípios em busca de bens e serviços. Atualmente, são identificados cinco grandes níveis: Metrôpole, Capital Regional, Centro Sub-Regional, Centro de Zona e Centro Local. Para efeito desta publicação, os Municípios que não existiam em 2007 e, portanto, não foram classificados na pesquisa Regiões de Influência das Cidades - REGIC 2007, realizada pelo IBGE, foram considerados como Município de Centro Local.

Evolução das participações do PIB entre os Municípios

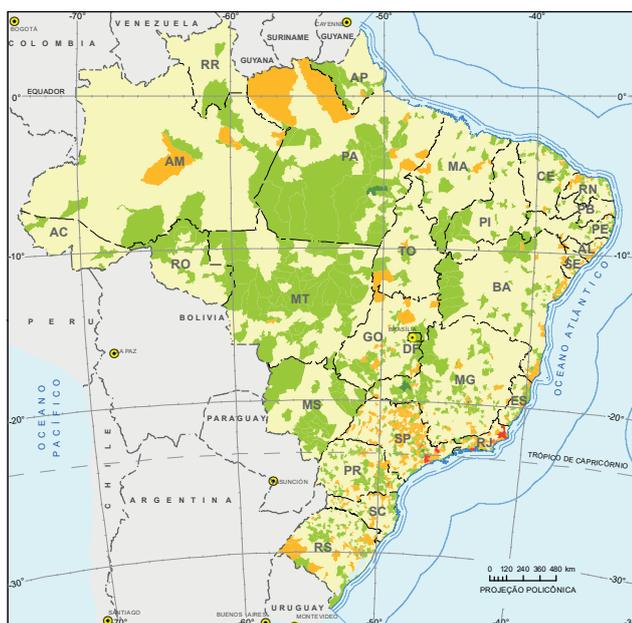
Período 2017-2018

Ao analisar as maiores diferenças de participação em relação ao PIB do Brasil, entre 2017 e 2018, observa-se que os Municípios com os maiores ganhos em valor absoluto foram Maricá (RJ), Niterói (RJ) e Campos dos Goytacazes (RJ), cada um com acréscimo de 0,2 ponto percentual, seguidos por Ilhabela (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Vitória (ES), os quais aumentaram 0,1 ponto percentual cada. Nos quatro primeiros Municípios, o ganho de participação esteve atrelado à extração de petróleo, atividade beneficiada pelo aumento dos preços internacionais da *commodity* em 2018. Em Vitória (ES), o desempenho também esteve condicionado às Indústrias extrativas, mas nesse caso, à extração de minério de ferro. No Rio de Janeiro (RJ), por sua vez, o acréscimo do PIB ocorreu, em grande medida, em decorrência do aumento da arrecadação dos impostos, líquidos de subsídios, sobre os produtos.

Por outro lado, as maiores quedas de participação ocorreram em São Paulo (SP), Osasco (SP), Brasília (DF) e Parauapebas (PA). Em São Paulo (SP) e Osasco (SP), a perda de participação se deu, principalmente, em função das Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados, já que, em 2018, houve redução da taxa de juros, e, em ambos os Municípios, essa atividade tem peso destacado. Em Brasília (DF), houve decréscimo de participação nos impostos, líquidos de subsídios, sobre os produtos. Parauapebas (PA), por seu turno, apresentou queda da extração de minério de ferro.

Dinâmica do PIB dos Municípios

2002-2018



Diferença da participação do PIB dos Municípios no PIB do Brasil: 2002 - 2018

Pontos Percentuais		Número de Municípios por classe
Perda de participação	≥ -247,14 a -20,00	8
	> -20,00 a -10,00	10
	> -10,00 a -0,20	430
Ganho de participação	> -0,20 a 0,20	4 355
	> 0,20 a 10,00	753
	> 10,00 a 20,00	10
	> 20,00 a 35,08	4

Ao analisar a evolução da participação das Concentrações Urbanas no PIB nacional, observa-se que, das 185 existentes no País, 104 perderam participação e 81 a aumentaram entre 2017 e 2018. Das 81 que ganharam peso, somente nove são consideradas Grandes Concentrações Urbanas (de um total de 26); as demais, totalizando 72, são consideradas Médias Concentrações Urbanas (de um total de 159).

Entre as Concentrações Urbanas que mais avançaram sua participação no PIB nacional entre 2017 e 2018, está a do Rio de Janeiro/RJ, com o maior incremento, saindo de 7,7% para 8,1%, seguida pelas de Campos dos Goytacazes/RJ e Vitória/ES. Na ponta inversa, as sete maiores reduções de participação no PIB nacional nesse período ocorreram em grandes Concentrações Urbanas, sendo São Paulo/SP a que apresentou o maior decréscimo, de 17,3% para 16,8%, seguida por Salvador/BA, de 1,8% para 1,7%.

Ao observar alguns recortes geográficos específicos, verifica-se que as tendências identificadas nos anos anteriores se mantiveram. A Cidade-Região de São Paulo representava, em 2017, 24,6% do PIB do Brasil, passando a 24,0%, em 2018, o que representa uma redução de 0,6 ponto percentual. Por sua vez, a Amazônia Legal saiu de 8,7%, em 2017, para 8,8%, em 2018, enquanto o Semiárido manteve sua participação estável em 5,2% no período.

Na análise por diferenças de posição – obtidas a partir da diferença de posição dos Municípios em relação ao valor do PIB –, os maiores destaques foram identificados naqueles com participação reduzida no PIB do País. Lagoa do Barro do Piauí (PI) e Mulungu do Morro (BA) registraram os maiores avanços entre 2017 e 2018, subindo 2 420 e 2 277 posições, respectivamente, e tiveram o seu desempenho influenciado pelas Indústrias de transformação. O Município de Arapoema (TO) registrou o terceiro maior ganho de posição, devido à atividade de Construção.

Entre os maiores recuos de posição, destacaram-se Curral Novo do Piauí (PI), Nova Campina (SP) e Brejo Alegre (SP), os quais apresentaram redução das Indústrias de transformação.

Período 2002-2018¹¹

Ao analisar a evolução da participação no PIB ao longo da série 2002-2018, constata-se que São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ) registraram as maiores quedas de participação entre os Municípios brasileiros, o que aponta, novamente, para a tendência de desconcentração do PIB no nível municipal. São Paulo perdeu 2,5 pontos percentuais de participação na economia nacional, influenciado pela redução relativa de Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados. Na capital fluminense, por sua vez, a perda de 1,1 ponto percentual ocorreu em razão da diminuição de seu peso na Indústria do País.

Em seguida, Campos dos Goytacazes (RJ), São José dos Campos (SP) e São Bernardo do Campo (SP) perderam 0,3 ponto percentual cada um. No Município fluminense, houve redução em valor da extração de petróleo, e, nos dois Municípios paulistas, a queda vinculou-se às Indústrias de transformação.

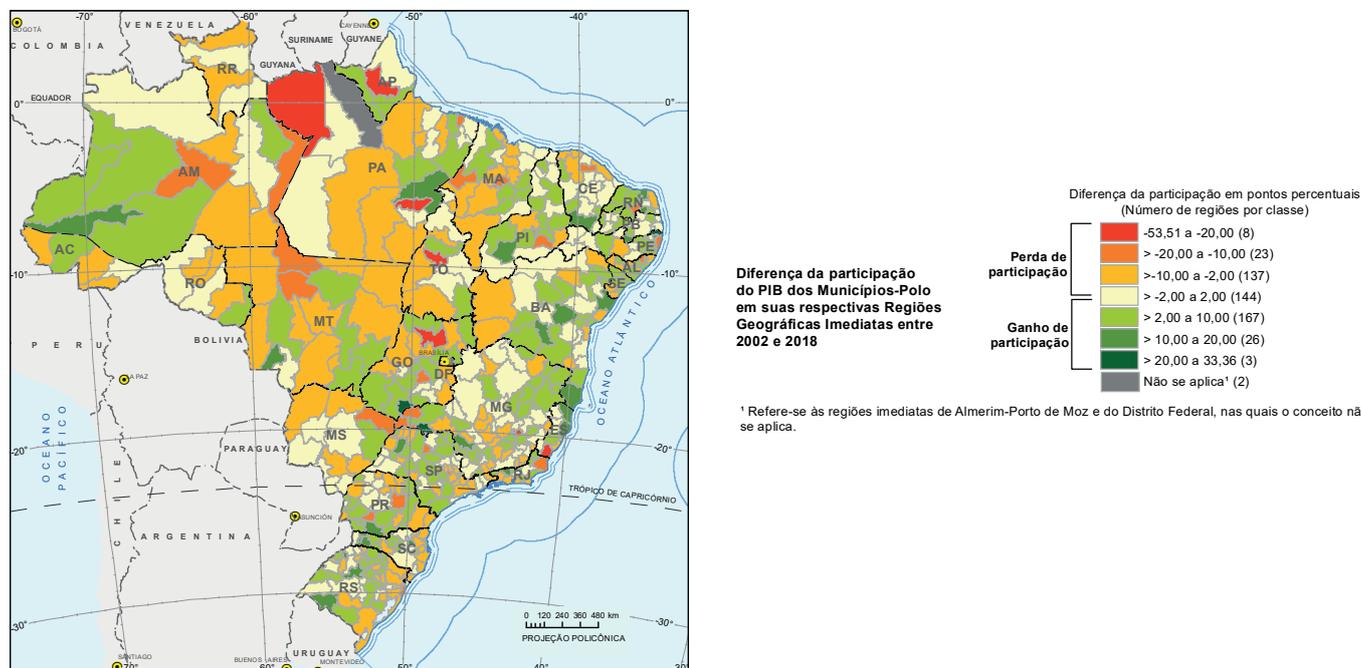
O maior ganho de participação no PIB, nesse período, ocorreu no Município de Maricá (RJ), com aumento de 0,4 ponto percentual, devido à extração de petróleo. Em seguida, com crescimento de 0,3 ponto percentual, Osasco (SP) adquiriu maior destaque na

economia nacional, em decorrência das atividades de Serviços, sobretudo em Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados. Itajaí (SC), terceiro lugar em ganho de participação, registrou acréscimo de 0,3 ponto percentual, em função do Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas.

O Município de Alto Horizonte (GO) obteve o maior ganho de posição entre 2002 e 2018 (4 055 posições), devido ao desenvolvimento da indústria de extração de minerais metálicos não ferrosos nesse período. O segundo maior ganho foi identificado em Parazinho (RN), que subiu 3 509 posições, em decorrência da indústria de geração de energia eólica. Ainda assim, ambas as municipalidades mantiveram participações relativamente baixas no PIB nacional. As maiores quedas de posição, na série iniciada em 2002, ocorreram em Motuca (SP) (2 640 posições), municipalidade com economia predominantemente agrícola que registrou queda da produção de laranja ao longo da série, e em Fortaleza de Minas (MG) (2 498 posições), cuja atividade de extração de minério de níquel foi interrompida desde 2013.

Dinâmica do PIB nas Regiões Geográficas Imediatas

2002-2018



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Tipologias e regionalizações de responsabilidade da Coordenação de Geografia e da Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais da Diretoria de Geociências do IBGE.

¹¹ A série 2002-2009 refere-se à série retopolada do PIB dos Municípios, tendo por referência o ano de 2010. A partir de 2010, a série é estimada. Para a análise do período 2002-2018, foram desconsiderados os 10 Municípios criados entre 2003 e 2013.

Ao analisar a evolução da participação das Concentrações Urbanas no PIB nacional, confirma-se a tendência de longo prazo de redução da importância relativa das Concentrações Urbanas de São Paulo/SP e Rio de Janeiro/RJ no cenário nacional, ainda que essa última tenha elevado sua participação no ano de 2018. Observa-se, ainda, um avanço relativo das Concentrações Urbanas de Jundiaí/SP, Itajaí-Balneário Camboriú/SC, Caraguatatuba - Ubatuba - São Sebastião/SP, Uberlândia/MG e Fortaleza/CE, sendo essa última a única considerada Grande Concentração Urbana a figurar entre os cinco destaques positivos. Das 185 Concentrações Urbanas do País, 117 ganharam participação entre 2002 e 2018, enquanto as demais 68 a reduziram. Chama a atenção que as seis Concentrações Urbanas que mais perderam participação no PIB do País no período pertencem aos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

A Amazônia Legal e o Semiárido ganharam participação no PIB nacional (1,8 e 0,7 ponto percentual, respectivamente). A Cidade-Região de São Paulo, por sua vez, reduziu de 27,0% para 24,0% a sua participação no PIB nacional, não só em função da diminuição do peso da capital paulista no PIB do País, mas também pela perda relativa de outros Municípios que a compõem e que têm representatividade na Indústria nacional.

Sob o recorte das Regiões Geográficas Imediatas, observa-se que o padrão de desconcentração econômica se mantém. De um modo geral, verifica-se que, nas áreas de maior PIB e população, como São Paulo/SP, Belo Horizonte/MG, Curitiba/PR, Porto Alegre/RS e Rio de Janeiro/RJ, os Municípios-Polo perderam participação se comparados aos Municípios do Entorno, enquanto nas áreas de menor PIB ocorreu o inverso. Os Municípios-Polo das regiões com forte participação da atividade das lavouras temporárias em Mato Grosso, Pará, Bahia, Tocantins e Maranhão perderam participação no PIB de suas Regiões Geográficas Imediatas, enquanto os Municípios-Polo do Semiárido, do oeste paulista, do interior dos Estados da Região Sul, do Triângulo Mineiro, do sul de Goiás e do oeste do Amazonas ganharam importância em suas Regiões Geográficas Imediatas, apontando para a formação e/ou consolidação de centralidades nessas áreas.

Participação do valor adicionado bruto das atividades econômicas, segundo tipologias geográficas e recortes selecionados

(continua)

Tipologias geográficas e recortes selecionados	Participação do PIB no Brasil		
	2002 (%)	2018 (%)	Diferença 2018-2002 (p.p.)
Brasil	100,0	100,0	-
Grandes Regiões			
Norte	4,7	5,5	0,8
Nordeste	13,1	14,3	1,3
Sudeste	57,4	53,1	(-) 4,3
Sul	16,2	17,1	0,8
Centro-Oeste	8,6	9,9	1,3
Hierarquia urbana			
Metrópoles	47,3	43,3	(-) 4,0
Capitais Regionais	21,1	21,4	0,4
Centros Sub-Regionais	7,4	8,0	0,6
Centros de Zona	8,4	9,6	1,1
Centros Locais	15,8	17,7	1,9
Regiões Geográficas Imediatas			
Municípios-Polo	61,5	58,2	(-) 3,2
Municípios do Entorno	38,5	41,8	3,2
Concentrações Urbanas			
Grandes Concentrações Urbanas	57,1	52,9	(-) 4,2
Médias Concentrações Urbanas	19,9	21,5	1,7
Recortes selecionados			
Amazônia Legal	6,9	8,8	1,8
Semiárido	4,5	5,2	0,7
Cidade-Região de São Paulo	27,0	24,0	(-) 2,9

Participação do valor adicionado bruto das atividades econômicas, segundo tipologias geográficas e recortes selecionados

(conclusão)

Tipologias geográficas e recortes selecionados	Participação do valor adicionado bruto das atividades econômicas no total do valor adicionado bruto do Brasil											
	Agropecuária			Indústria			Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social			Serviços (exceto Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social)		
	2002 (%)	2018 (%)	Diferença 2018-2002 (p.p.)	2002 (%)	2018 (%)	Diferença 2018-2002 (p.p.)	2002 (%)	2018 (%)	Diferença 2018-2002 (p.p.)	2002 (%)	2018 (%)	Diferença 2018-2002 (p.p.)
Brasil	6,4	5,2	(-) 1,3	26,4	21,8	(-) 4,5	16,5	17,4	0,9	50,7	55,6	4,9
Grandes Regiões												
Norte	0,5	0,5	0,0	1,3	1,5	0,2	1,2	1,5	0,3	1,8	2,2	0,4
Nordeste	1,3	1,0	(-) 0,4	3,1	2,8	(-) 0,3	3,2	3,7	0,5	5,8	7,2	1,4
Sudeste	1,8	1,1	(-) 0,7	15,7	12,0	(-) 3,7	7,6	6,9	(-) 0,6	31,4	32,2	0,8
Sul	1,8	1,4	(-) 0,3	4,8	4,1	(-) 0,6	2,1	2,4	0,4	7,8	9,1	1,3
Centro-Oeste	1,0	1,1	0,1	1,4	1,4	(-) 0,0	2,5	2,8	0,3	3,9	4,9	1,0
Hierarquia urbana												
Metrópoles	0,1	0,1	(-) 0,0	10,6	7,4	(-) 3,3	6,9	6,7	(-) 0,2	28,0	27,6	(-) 0,3
Capitais Regionais	0,4	0,3	(-) 0,1	7,0	5,4	(-) 1,6	2,9	3,2	0,3	10,7	12,4	1,7
Centros Sub-Regionais	0,5	0,3	(-) 0,1	2,4	2,0	(-) 0,4	1,2	1,4	0,2	3,5	4,4	0,9
Centros de Zona	1,2	0,9	(-) 0,2	2,4	2,6	0,2	1,5	1,7	0,2	3,6	4,7	1,0
Centros Locais	4,3	3,5	(-) 0,7	3,9	4,5	0,6	4,0	4,5	0,5	4,9	6,5	1,6
Regiões Geográficas Imediatas												
Municípios-Polo	1,5	1,1	(-) 0,3	14,9	10,8	(-) 4,1	9,1	9,5	0,4	35,5	36,0	0,5
Municípios do Entorno	4,9	4,0	(-) 0,9	11,5	11,0	(-) 0,4	7,4	7,9	0,5	15,3	19,6	4,4
Concentrações Urbanas												
Grandes Concentrações Urbanas	0,2	0,2	(-) 0,1	13,9	9,8	(-) 4,1	8,2	8,1	(-) 0,1	32,9	33,1	0,3
Médias Concentrações Urbanas	0,8	0,5	(-) 0,3	6,9	6,1	(-) 0,9	2,9	3,2	0,3	9,5	11,8	2,3
Recortes selecionados												
Amazônia Legal	1,0	1,1	0,1	1,8	2,1	0,3	1,7	2,2	0,5	2,8	3,8	1,0
Semiárido	0,7	0,5	(-) 0,2	0,9	0,9	(-) 0,0	1,6	1,8	0,2	1,6	2,3	0,7
Cidade-Região de São Paulo	0,1	0,0	(-) 0,0	7,2	4,5	(-) 2,6	2,2	2,0	(-) 0,2	16,3	16,4	0,2

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

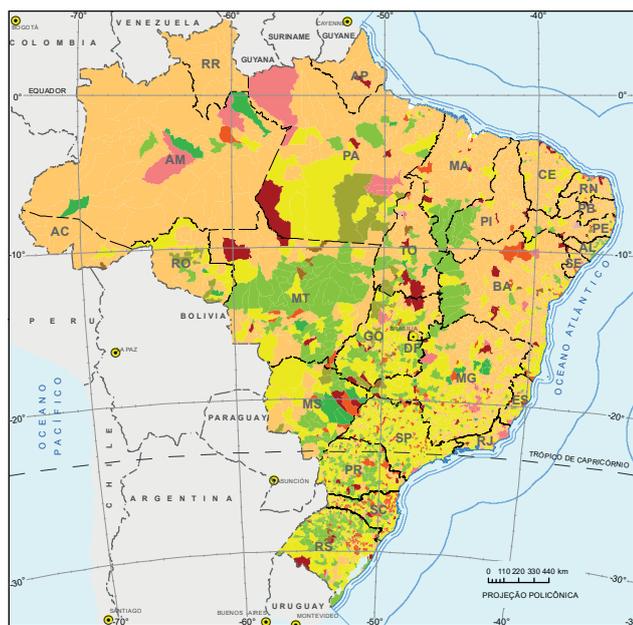
Nota: Tipologias e regionalizações de responsabilidade da Coordenação de Geografia e da Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais da Diretoria de Geociências do IBGE.

Perfil econômico dos Municípios¹²

Em 2018, em 49,2% (2 739) dos Municípios brasileiros, a Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social foi a principal atividade econômica. Nos Estados do Acre, Roraima, Amapá, Piauí e Paraíba, bem como no Distrito Federal, esse percentual ultrapassou 90%. No outro extremo, o Estado de São Paulo apresentou apenas 9,6% de suas municipalidades com essa característica.

Dos 268 Municípios cuja atividade principal, em 2018, foi Indústrias de transformação, 214 estavam concentrados nas Regiões Sudeste e Sul, o que equivale a 79,9%. Mato Grosso obteve o maior percentual de municipalidades em que a Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita figurou como a atividade de maior destaque (36,9%), seguido por Rio Grande do Sul (35,6%) e Paraná (32,1%).

Atividade econômica predominante no Município 2018



Maiores atividades econômicas no valor adicionado bruto total do Município (Número de Municípios por classe)

■	Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita (628)
■	Pecuária, inclusive apoio à pecuária (90)
■	Produção florestal, pesca e aquicultura (33)
■	Indústrias extrativas (66)
■	Indústrias de transformação (268)
■	Construção (6)
■	Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (111)
■	Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (46)
■	Demais serviços (1 583)
■	Administração, defesa, educação, saúde pública e seguridade social (2 739)

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Excluindo dessa análise a Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social, a atividade Demais serviços foi a de maior destaque em 3 832 Municípios em 2018, seguida pela Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita, registrada em 861 municipalidades. Na comparação com o início da série, em 2002, destaca-se a redução do número de Municípios com agricultura ou pecuária como atividade principal, enquanto o número de municipalidades com maior peso de Demais serviços foi ampliado.

Agropecuária

Observa-se, em 2018, que ¼ do valor adicionado bruto da Agropecuária brasileira era concentrado em 141 Municípios, dos quais 92 (65,2%) situados nas Regiões Sul e Centro-Oeste, ancorados na produção de soja e arroz em grão, nas duas regiões, e de algodão herbáceo, no Centro-Oeste. Os cinco maiores valores foram, nessa ordem, São Desidério (BA), Formosa do Rio Preto (BA), Sapezal (MT), Rio Verde (GO) e Campo Novo do Parecis (MT), os quais, juntos, somavam 2,8% do valor adicionado bruto da Agropecuária em 2018.

Entre os 20 maiores, em termos de valor adicionado bruto da Agropecuária, percebe-se que, da primeira à 14ª posições, apenas três Municípios não eram da Região Centro-Oeste: São Desidério (BA), Formosa do Rio Preto (BA) e Barreiras (BA). As municipalidades baianas ocuparam a primeira, a segunda e a nona posições, respectivamente, sendo as produções de soja e algodão herbáceo os seus principais cultivares. Considerando-se os demais Municípios, da 15ª à 20ª posições, todos pertenciam à Região Nordeste, sendo dois deles baianos, dois maranhenses, um alagoano e um pernambucano. Entre as nove municipalidades nordestinas de maior participação na Agropecuária nacional, apenas Balsas (MA) e Tasso Fragoso (MA) registraram queda de posição relativa entre 2017 e 2018, já que, apesar do aumento da produção de soja e algodão, ambas apresentaram redução do cultivo de cereais.

Ao se analisar os dados a partir do recorte das Regiões Rurais¹³ do Brasil, observa-se que os maiores valores adicionados da Agropecuária pertenciam àquelas localizadas no Sul do País, sendo a produção de soja a principal atividade de todas elas. Excetuando-se a Região Sul, a Região Rural de maior valor adicionado bruto da Agropecuária foi a da Capital Regional de Barreiras/BA, onde também a produção de soja é a principal atividade.

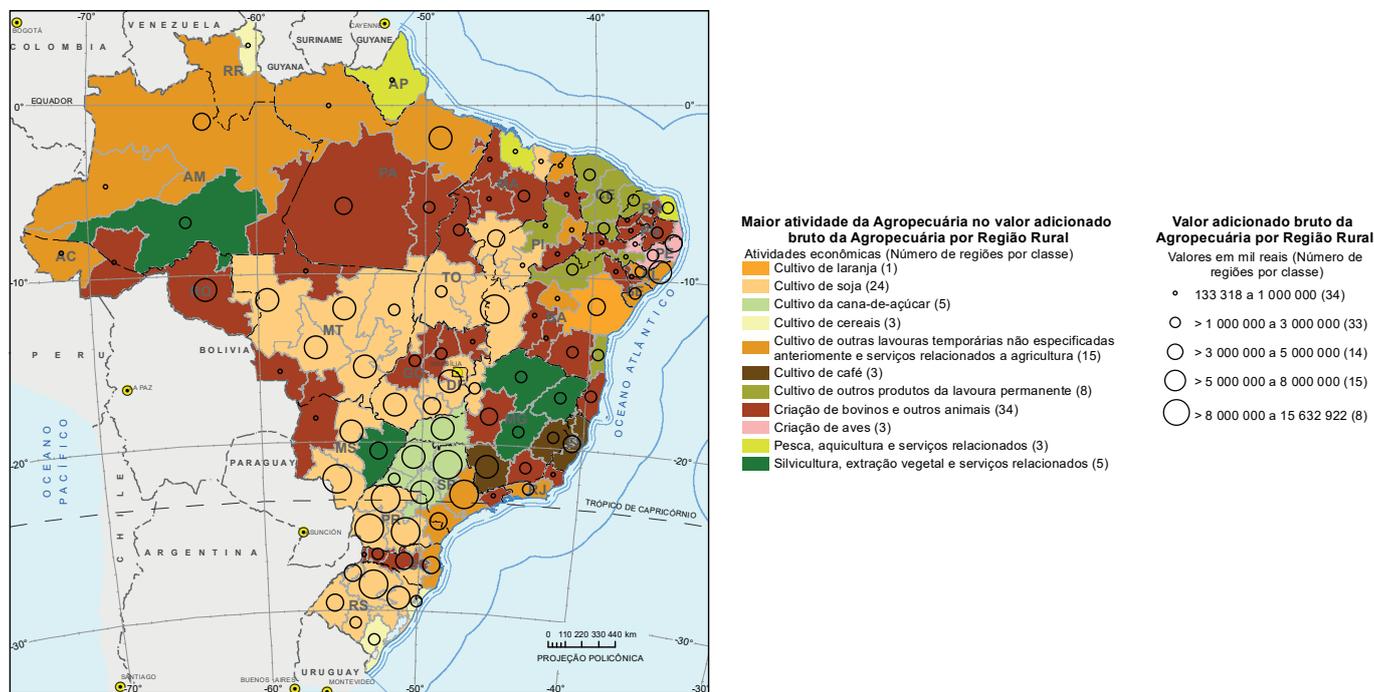
Entre as 15 Regiões Rurais com os maiores valores adicionados brutos, couberam destaques às da Capital Regional de Passo Fundo/RS e da Capital Regional de Cascavel/PR, sendo a produção Agropecuária correspondente a 17,4% e 14,9%, respectivamente, de suas economias em 2018. Para efeito de comparação,

¹² Para a análise do perfil econômico, a principal atividade foi selecionada entre as seguintes: Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita; Pecuária, inclusive apoio à pecuária; Produção florestal, pesca e aquicultura; Indústrias extrativas; Indústrias de transformação; Construção; Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação; Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social; Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; e Demais serviços.

¹³ Recorte geográfico que reúne um conjunto de Municípios, sendo que um deles contém o polo urbano onde se procuram insumos e para onde se remetem os produtos agropecuários e extrativos. A publicação *Projeto regiões rurais 2015: relatório técnico*, divulgada pelo IBGE naquele mesmo ano, identifica 104 Regiões Rurais no território brasileiro.

Atividade da Agropecuária predominante nas Regiões Rurais

2018



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Tipologias e regionalizações de responsabilidade da Coordenação de Geografia e da Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais da Diretoria de Geociências do IBGE.

na Região Rural da Capital Regional de Barreiras/BA, o setor agropecuário correspondia a 39,3% do valor adicionado bruto local. Há que se destacar, ainda, que a Região Rural da Grande Metrópole Nacional de São Paulo/SP figura em sexto lugar entre todas as Regiões Rurais do País em valor adicionado bruto. Nessa região, a principal produção Agropecuária é de outras lavouras temporárias, diferente, portanto, do padrão verificado nas demais regiões de destaque nessa atividade. Cabe ressaltar, porém, que, ainda que os valores adicionados brutos dessa Região Rural sejam relevantes para o total nacional da atividade, são pouco representativos em sua economia local, pois correspondem a 0,6% do total do seu valor adicionado bruto.

Ressalta-se que todas as 15 Regiões Rurais com os maiores valores adicionados brutos da Agropecuária apresentaram seus destaques na lavoura temporária, sendo 10 delas com relevo na produção de soja e três, na produção de cana-de-açúcar. Somente as Regiões Rurais da Grande Metrópole Nacional de São Paulo/SP e da Metrópole de Belém/PA destoam desse padrão, ao apresentarem outras lavouras temporárias como principais atividades. Ressalta-se, ainda, a importância relativa do valor adicionado bruto da extração vegetal e pesca na Região Rural da Metrópole de Belém/PA. Balsas/MA e Barreiras/BA são as duas Regiões Rurais em que a Agropecuária registrou as maiores participações no valor adicionado bruto: 48,6% e 39,3%, respectivamente.

Quanto à pecuária, as Regiões Rurais de maior importância econômica local relativamente a essa atividade foram as dos Centros de Zona de Iporá, Goiás, São Luís de Montes Belos e Porangatu/GO; a

do Centro de Zona de Campos Belos/GO; e a dos Centros de Zona de Corumbá e Aquidauana/MS. Cabe ressaltar, ainda, que a pecuária segue como principal atividade Agropecuária de cidades no Semiárido, no centro e sul do Pará, e em Rondônia.

Indústria

Na Indústria, em 2018, 20 Municípios concentravam ¼ de seu valor adicionado bruto, revelando um nível de concentração maior que na Agropecuária – com mais 66 municipalidades, chega-se a ½ da Indústria. No outro extremo, nota-se que 2 767 Municípios responderam por 1,0% da Indústria.

A capital paulista manteve a primeira posição, concentrando 4,4% do valor adicionado bruto da Indústria em 2018 (8,1% em 2002). Rio de Janeiro, com 2,8%, ocupou a segunda posição, seguido por Manaus (2,0%), devido à Zona Franca. Na sequência, Maricá (RJ) e Niterói (RJ), cada um com 1,3%, tiveram seus desempenhos vinculados à extração de petróleo.

Entre os 20 Municípios de maior participação no valor adicionado da Indústria em 2018, 15 pertenciam à Região Sudeste, dos quais sete eram paulistas; cinco, fluminenses; e três, mineiros. Apenas dois pertenciam à Região Norte: Manaus (AM) e Parauapebas (PA). As demais Grandes Regiões tinham, cada, um Município nesse ranking: Camaçari (BA), Curitiba (PR) e Brasília (DF).

Na análise por Concentrações Urbanas, observa-se que a de São Paulo/SP, com a maior participação, representava 10,5% da atividade

industrial do País, seguida pelas Concentrações Urbanas do Rio de Janeiro/RJ (6,8%), Belo Horizonte/MG (3,1%), Campinas/SP (2,9%) e Curitiba/PR (2,4%), em 2018. Essas cinco Concentrações Urbanas representaram, juntas, 25,7% do valor adicionado bruto da Indústria brasileira.

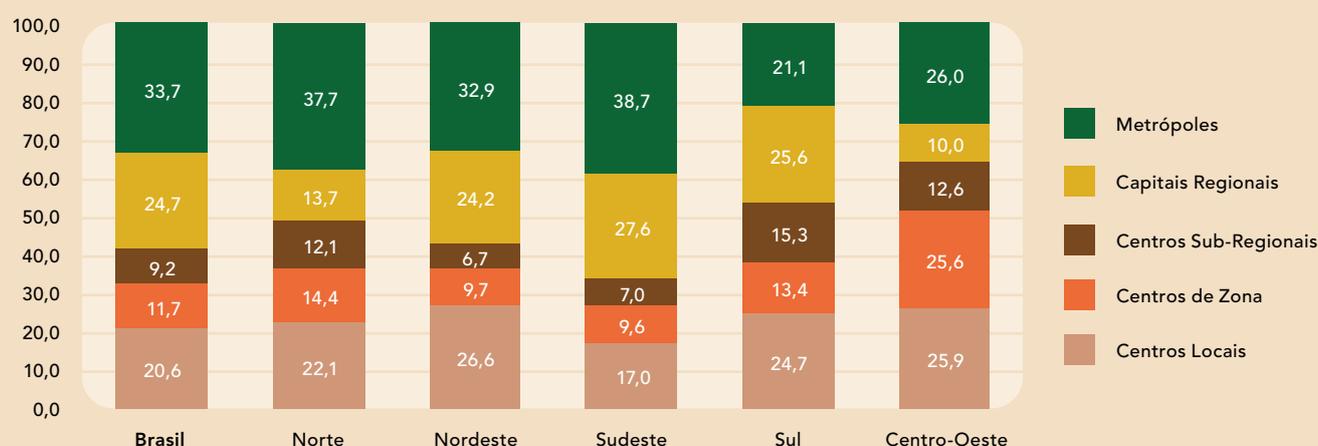
Sob a perspectiva de hierarquia urbana, verifica-se que os centros de hierarquia mais baixa representavam 41,6%, sendo eles: Centros Sub-Regionais (9,2%), Centros de Zona (11,7%), e Centros

Locais (20,6%). As Metrôpoles, hierarquia mais elevada, corresponderam a 33,7%, enquanto as Capitais Regionais, a 24,7%.

A Cidade-Região de São Paulo representava 20,6% do total do valor adicionado bruto da Indústria do País em 2018, destacando-se a atividade de Indústrias de transformação. Por sua vez, a Amazônia Legal representava 9,5% do valor adicionado bruto industrial do Brasil, enquanto o Semiárido, 4,2%.

Participação do valor adicionado bruto na Indústria do Brasil, por hierarquias urbanas, segundo as Grandes Regiões (%)

2018



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Tipologias e regionalizações de responsabilidade da Coordenação de Geografia e da Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais da Diretoria de Geociências do IBGE.

Serviços

Nos Serviços, exceto Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social, três Municípios somavam quase $\frac{1}{4}$ do total dessa atividade no Brasil em 2018: São Paulo (SP), com 14,5%; Rio de Janeiro (RJ), com 5,5%; e Brasília (DF), com 3,4%. As 40 municipalidades de maior participação acumularam $\frac{1}{2}$ do total, das quais 19 eram Municípios das Capitais. No mesmo ano, as 2 031 municipalidades de menor participação somavam apenas 1,0% desses serviços.

Dos Municípios que somavam até $\frac{1}{2}$ do total nacional dos Serviços, ainda excluindo Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social, constam somente as capitais dos Estados do Amazonas e Pará, na Região Norte, e, na Região Nordeste, não figuram as capitais dos Estados do Piauí, Paraíba e Sergipe. Todos os Municípios das Capitais pertencentes às Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste constam entre os que registraram os maiores valores de tais serviços em 2018. Destaca-se também que 14 dos 40 Municípios desse grupo eram paulistas. Excluindo-se os Municípios das Capitais e todos os Municípios dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, os mais bem posicionados foram Uberlândia (MG) e Contagem (MG), na 23ª e 29ª posições, respectivamente.

Ao analisar outros recortes geográficos, somente a Concentração Urbana de São Paulo/SP representava 22,3% do total do valor adicionado bruto dos Serviços, exceto Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social. As 10 Concentrações Urbanas com os maiores valores adicionados brutos de tais serviços totalizavam 48,9% do valor nacional.

Também significativa foi a participação da Cidade-Região de São Paulo, com 29,6% dos Serviços do País, ainda excluindo-se Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social. A região do Semiárido apresentava valor adicionado bruto correspondente a 4,1% de tais serviços, enquanto a Amazônia Legal, 6,7%.

Segundo a hierarquia urbana, observa-se que o total dos Serviços foram fortemente concentrados nas Metrôpoles, com 47,1% do valor nacional. Ainda nas Metrôpoles, os Serviços, exceto Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social, representavam 49,7% do total nacional e 33,1% da população brasileira. No outro extremo, pode-se verificar que, embora a população total dos Centros Locais seja elevada (27,8% do total do País), o valor adicionado bruto dos Serviços, ainda excluindo-se Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social, correspondia a 11,7% do total nacional.

Em Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social, observa-se a elevada participação dessa atividade, sobretudo para a economia dos Municípios de menores PIBs. Nota-se, ainda, que, naqueles localizados nas Regiões Norte e Nordeste, tais serviços tiveram maior peso em suas economias. Entretanto, observa-se que houve concentração desses serviços nos Municípios das Capitais e nas municipalidades da Região Sudeste, em termos de participação dessa atividade no Brasil.

As Grandes Concentrações Urbanas tiveram participação de 46,3% no total nacional da Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social, dentre as quais se destacaram as de Brasília/DF, com 10,1%; Rio de Janeiro/RJ, com 8,7%; e São Paulo/SP, com 7,6%.

Sob o ponto de vista da hierarquia urbana, as Metrôpoles detinham 38,5% do valor adicionado bruto da Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social, e 33,1% da população brasileira, concentrando, portanto, mais serviço do que população. Enquanto isso, os Centros Locais apresentaram relação inversa: concentravam 27,8% da população nacional e 25,6% de tais serviços.

Há que se destacar, ainda, que 11,3% do valor adicionado bruto da Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social correspondia ao conjunto de Municípios que compõem a Cidade-Região de São Paulo. Por sua vez, o Semiárido correspondia a 10,6% do total nacional dessa atividade, e a Amazônia Legal respondeu por 12,5%.

Em 2018, os 10 primeiros Municípios de maior valor dos serviços da Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social agregaram cerca de $\frac{1}{4}$ do total do valor adicionado bruto dessa atividade, sendo os três primeiros: Brasília (DF), com 9,7%; Rio de Janeiro (RJ), com 4,8%; e São Paulo (SP), com 4,2%. Desconsiderando-se os Municípios das Capitais, até a 20ª posição, encontram-se São Gonçalo (RJ) na 11ª posição; Duque de Caxias (RJ) na 13ª; Guarulhos (SP) na 15ª; Nova Iguaçu (RJ) na 16ª; e Campinas (SP) na 18ª. ■

Valor adicionado bruto e participação das atividades de Serviços no Brasil, segundo tipologias geográficas e recortes selecionados

2018

(continua)

Total		
Tipologias geográficas e recortes selecionados	Valor adicionado bruto	
	Valor (R\$ 1000)	Participação no Brasil (%)
Brasil	4 388 329 000	100,0
10 maiores Concentrações Urbanas por valor adicionado bruto	2 020 629 071	46,0
São Paulo/SP	824 697 087	18,8
Rio de Janeiro/RJ	367 429 988	8,4
Brasília/DF	224 396 607	5,1
Belo Horizonte/MG	117 279 475	2,7
Porto Alegre/RS	112 436 597	2,6
Curitiba/PR	93 299 949	2,1
Campinas/SP	77 326 658	1,8
Salvador/BA	71 515 623	1,6
Recife/PE	70 000 849	1,6
Fortaleza/CE	62 246 241	1,4
Concentrações Urbanas		
Grandes Concentrações Urbanas	2 476 623 822	56,4
Médias Concentrações Urbanas	905 682 980	20,6
Hierarquia urbana		
Metrôpoles	2 064 801 636	47,1
Capitais Regionais	936 031 782	21,3
Centros Sub-Regionais	346 164 183	7,9
Centros de Zona	383 163 056	8,7
Centros Locais	658 168 343	15,0
Recortes selecionados		
Amazônia Legal	355 966 483	8,1
Semiárido	249 109 420	5,7
Cidade-Região de São Paulo	1 106 358 231	25,2

Valor adicionado bruto e participação das atividades de Serviços no Brasil, segundo tipologias geográficas e recortes selecionados

2018

(conclusão)

Serviços (exceto Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social)			Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social		
Tipologias geográficas e recortes selecionados	Valor adicionado bruto		Tipologias geográficas e recortes selecionados	Valor adicionado bruto	
	Valor (R\$ 1000)	Participação no Brasil (%)		Valor (R\$ 1000)	Participação no Brasil (%)
Brasil	3 342 944 000	100,0	Brasil	1 045 385 000	100,0
10 maiores Concentrações Urbanas por valor adicionado bruto	1 634 854 425	48,9	10 maiores Concentrações Urbanas por valor adicionado bruto	386 981 594	37,0
São Paulo/SP	744 825 141	22,3	Brasília/DF	105 516 988	10,1
Rio de Janeiro/RJ	276 635 189	8,3	Rio de Janeiro/RJ	90 794 798	8,7
Brasília/DF	118 879 618	3,6	São Paulo/SP	79 871 945	7,6
Belo Horizonte/MG	93 896 287	2,8	Belo Horizonte/MG	23 383 188	2,2
Porto Alegre/RS	93 295 573	2,8	Porto Alegre/RS	19 141 023	1,8
Curitiba/PR	77 473 277	2,3	Recife/PE	16 866 058	1,6
Campinas/SP	68 208 859	2,0	Curitiba/PR	15 826 672	1,5
Salvador/BA	58 997 528	1,8	Fortaleza/CE	12 738 079	1,2
Recife/PE	53 134 790	1,6	Salvador/BA	12 518 095	1,2
Fortaleza/CE	49 508 162	1,5	Goiânia/GO	10 324 746	1,0
Concentrações Urbanas			Concentrações Urbanas		
Grandes Concentrações Urbanas	1 992 263 678	59,6	Grandes Concentrações Urbanas	484 360 144	46,3
Médias Concentrações Urbanas	711 016 651	21,3	Médias Concentrações Urbanas	194 666 329	18,6
Hierarquia urbana			Hierarquia urbana		
Metrópoles	1 661 960 951	49,7	Metrópoles	402 840 685	38,5
Capitais Regionais	745 337 286	22,3	Capitais Regionais	190 694 496	18,2
Centros Sub-Regionais	263 889 053	7,9	Centros Sub-Regionais	82 275 130	7,9
Centros de Zona	281 194 798	8,4	Centros de Zona	101 968 258	9,8
Centros Locais	390 561 912	11,7	Centros Locais	267 606 431	25,6
Recortes selecionados			Recortes selecionados		
Amazônia Legal	225 585 306	6,7	Amazônia Legal	130 381 177	12,5
Semiárido	138 314 378	4,1	Semiárido	110 795 042	10,6
Cidade-Região de São Paulo	988 415 960	29,6	Cidade-Região de São Paulo	117 942 271	11,3

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Tipologias e regionalizações de responsabilidade da Coordenação de Geografia e da Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais da Diretoria de Geociências do IBGE.

Expediente

Elaboração do texto

Diretoria de Pesquisas,
Coordenação de Contas Nacionais
Diretoria de Geociências,
Coordenação de Geografia
Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais

Normalização textual

Centro de Documentação e Disseminação de Informações,
Gerência de Documentação

Projeto gráfico

Centro de Documentação e Disseminação de Informações,
Gerência de Editoração

Elaboração de mapas

Diretoria de Geociências,
Coordenação de Geografia
Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais

Ilustrações

Centro de Documentação e Disseminação de Informações,
Gerência de Editoração

Imagens fotográficas

Acervo IBGE
Agência Brasil

Impressão

Centro de Documentação e Disseminação de Informações,
Gráfica Digital

Se o assunto é Brasil,
procure o IBGE.



/ibgecomunica



/ibgeoficial



/ibgeoficial



/ibgeoficial

www.ibge.gov.br 0800-721-8181



(21) 97385-8655



IBGE

Links



Tabelas de resultados, notas técnicas e demais informações sobre a pesquisa/estudo

<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html>>